metros e com o azimute plano de 39°11'09", chega-se no marco M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro. OBS: Foram deduzidos 27,0992 ha correspondentes a área da Rodovia PA-150.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 de novembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

D E C R E T O Nº 2.619, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Altera dispositivos do Decreto nº 2.326, de 14 de junho de 2010, que Institui o Programa de Regularização Fiscal das Empresas no Estado do Pará - REGULAR e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º Os dispositivos do Decreto n.º 2.326, de 14 de junho de 2010, que Institui o Programa de Regularização Fiscal das Empresas no Estado do Pará - REGULAR e dá outras providências, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o *caput* do art. 1º:

"Art. 1º Fica instituído o Programa de Regularização Fiscal das Empresas no Estado do Pará - REGULAR relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2009, constituídos ou não, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste Decreto."

II - o *caput* do art. 4º:

"Art. 4º A adesão ao Programa dar-se-á por opção do contribuinte, até o dia 24 de dezembro de 2010, formalizada no portal de serviços da Secretaria de Estado da Fazenda, disponível no endereço eletrônico: www.sefa.pa.gov.br/regular."

III - o § 1º do art. 4º:

"§ 1º O recolhimento da parcela única ou da primeira parcela deverá ser efetivado até o dia 24 de dezembro de 2010, para as adesões ocorridas até o dia 24 de dezembro de 2010."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos a partir de 1º de dezembro de 2010.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 de novembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO Nº 2.618, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

Aprova a Política Estadual de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos do Pará e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando a necessidade de promover e/ou apoiar ações, em nível institucional, que contemplem o desenvolvimento de tecnologias e inovações, e a garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos no nosso Estado; Considerando a necessidade de regulamentar o cultivo, o manejo sustentável, a produção, a distribuição e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, contemplando as experiências da sociedade civil nas suas diferentes formas de organização,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aprovada a Política Estadual de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos do Pará, conforme as diretrizes constantes do Anexo deste Decreto.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Estadual de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos do Pará, composto por representantes do Governo e da Sociedade Civil, tendo como atribuições o monitoramento e avaliação da implantação da política em todo o estado.

§ 1º O Comitê Estadual será constituído por um titular e um suplente dos seguintes órgãos e/ou entidades:

Secretaria de Estado de Governo – SEGOV;

Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESP;A;

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA;

Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI;

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT;

Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos – SEPE;

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado – IDEFLOR;

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado – EMATER;

Representante da Universidade Federal do Pará – UFPA;

Representante da EMBRAPA Amazônia Oriental;

Representante do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG

Representante do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Pará – COSEMS-PA;

Representante do Conselho Estadual de Saúde – CES;

Representante dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

§ 2º O Comitê será coordenado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESP.A.

§ 3º A coordenação do Comitê poderá convidar representantes de entidades governamentais ou de outras instituições da sociedade civil organizada para participarem das reuniões ou dos trabalhos.

§ 4º Os coordenadores, os membros e seus respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades neles representados, e designados pelo Secretário de Estado de Saúde Pública.

§ 5º A estruturação e o funcionamento do Comitê serão regulamentados por resolução aprovada por maioria simples deste.

Art. 3º A participação dos integrantes do Comitê será considerada como de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

ANEXO ÚNICO

POLÍTICA ESTADUAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS DO PARÁ

□1 - OBJETIVOS

1.1 – Geral:

Garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria no Estado do Pará.

1.2 – Específicos:

a) construir o marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Estado do Pará;

b) promover formação técnico-científica, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovação em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva;

c) promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos;

d) ampliar as opções terapêuticas no Sistema Único de Saúde, visando à garantia de acesso às plantas medicinais e fitoterápicos, com segurança, eficácia e qualidade;

e) estimular a implantação de indústria farmacêutica no Estado do Pará;

f) estimular a organização de rede de serviços relacionados às plantas medicinais e fitoterápicos, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, baseada no conhecimento científico, considerando as experiências tradicionais do uso de plantas medicinais;

g) garantir a repartição dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos de plantas medicinais e ao conhecimento associado;

h) difundir o conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterápicos nos diversos setores da sociedade;

i) integrar as ações de Estado em todos os setores afins, visando o compartilhamento e divulgação dos resultados alcançados com a implementação da política.

□2 - EIXOS

2.1 – regulamentação da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos;

2.2 – produção sustentável de plantas medicinais e fitoterápicos;

2.3 – formação técnico-científica e qualificação de recursos humanos;

2.4 – fomento à pesquisa, desenvolvimento científico e inovação tecnológica;

2.5 – uso racional das plantas medicinais e fitoterápicos;

2.6 – incentivo à cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos;

2.7 – integração e articulação intersetorial.

3 - DIRETRIZES

3.1 – □regulamentar a coleta, extração, cultivo, manejo, produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos;

3.2 – promover a produção sustentável de plantas medicinais e fitoterápicos;

3.3 – promover a formação técnico-científica e qualificação de recursos humanos no setor de plantas medicinais e fitoterápicos;

3.4 – fomentar a pesquisa, o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica na área de plantas medicinais e fitoterápicos;

3.5 – promover o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos

de qualidade, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS);

3.6 – apoiar a implementação de instrumentos legais relacionados ao monitoramento da proteção dos conhecimentos associados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos;

3.7 – estabelecer mecanismos de incentivo fiscal e financeiro para a cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos;

3.8 – promover a interação entre setor público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil, na área de plantas medicinais e fitoterápicos.

4 - DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

□4.1 – Regularizar a coleta, extração, cultivo, manejo, produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos.

a) estabelecer regulamento específico para o manejo sustentável, produção e cultivo de plantas medicinais, considerando a biodiversidade do bioma Amazônia;

b) aplicar a legislação específica para derivados de droga vegetal, considerando suas especificidades;

c) promover a adoção de boas práticas de cultivo, manejo e processamento de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos;

d) regulamentar o uso de plantas medicinais e fitoterápicos pela indústria farmacêutica.

4.2 – Promover a produção de plantas medicinais e de fitoterápicos.

a) apoiar iniciativas de produção e comercialização de plantas medicinais e fitoterápicos;

b) estimular a implantação de hortos medicinais adequados à legislação;

c) estimular a implantação de programas e projetos que garantam a produção e a manipulação de plantas medicinais e fitoterápicos;

d) estimular a implantação de sistemas de produção orgânica de plantas medicinais;

e) estimular a produção de derivados de drogas vegetais para produção de fitoterápicos;

f) fomentar a instalação e estruturação de laboratórios oficiais para produção de fitoterápicos;

g) promover a participação da produção familiar, de forma organizada, na cadeia produtiva de plantas medicinais e de derivados de drogas vegetais para produção de fitoterápicos;

h) incentivar a produção de fitoterápicos pelas indústrias farmacêuticas no Estado do Pará.

4.3 – Promover a formação técnico-científica e qualificação de recursos humanos no setor de plantas medicinais e fitoterápicos.

a) apoiar a qualificação técnica dos atores envolvidos na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos;

b) estimular a inclusão das plantas medicinais como tema transversal em todos os níveis de educação;

c) estimular a adequação de conteúdos da área de plantas medicinais e fitoterápicos nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação;

d) incentivar a formação e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e inovação em plantas medicinais e fitoterápicos;

e) promover o fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na área de plantas medicinais e fitoterápicos.

4.4 – Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica na área de plantas medicinais e fitoterápicos.

a) apoiar a implantação de plataformas tecnológicas para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de plantas medicinais e produção de fitoterápicos;

b) apoiar centros de pesquisas especializados em plantas medicinais e fitoterápicos;

c) estimular a formação de redes de pesquisa com atuação voltada às necessidades epidemiológicas no Estado;

d) estimular a incorporação, o desenvolvimento e o uso de tecnologias apropriadas na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos;

e) fomentar a fixação de pesquisadores nos centros de pesquisas no Estado;

f) fomentar a realização de pesquisas visando à ampliação do número de espécies nativas da flora amazônica na Farmacopéia Brasileira;

g) fomentar estudos sobre plantas medicinais e fitoterápicos abordando a cadeia produtiva;

h) incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa relacionadas às plantas medicinais e fitoterápicos;

i) fomentar a pesquisa, desenvolvimento, inovação e validação de tecnologias para a produção de plantas medicinais e fitoterápicos.

4.5 – Promover o uso racional das plantas medicinais e fitoterápicos de qualidade, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).